

## A presença dos índios da região da Ibiapaba-CE nos relatos de viagem de Francisco Freire Alemão.

Maico Oliveira Xavier\*

Em 1856, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, os intelectuais dessa instituição aprovaram a criação de uma Comissão Científica de Exploração, tendo por objetivo desenvolver um sério estudo sobre as riquezas naturais e culturais do país. Era, então, uma tarefa desafiadora, exigindo a participação e esforço de eruditos de diferentes áreas do conhecimento. Foi decidido que Francisco Freire Alemão seria o presidente dessa ousada missão científica, cabendo a ele, também, o papel de chefiar a seção Botânica, uma das cinco seções formadas à realização dos trabalhos.

Portanto, criada no seio do IHGB e patrocinada pelo imperador do Brasil Dom Pedro II, a Comissão Científica só iniciaria seus trabalhos em 1859, começando pelo Ceará, posto que acreditava-se nas possíveis riquezas minerais desta província, ideia que já vinha circulando desde o período colonial<sup>1</sup>. Se por um lado o olhar científico se voltava à natureza, os aspectos políticos, culturais e sociais não eram de menos importância aos estudiosos. Com isso, muitas informações foram produzidas pela referida Comissão sobre a população cearense, sendo que os índios, sujeitos importantes na constituição da história dessa província e ativos no cenário político-social naquele momento, aparecem constantemente nos relatos de Freire Alemão.

O botânico esteve no Ceará em duas ocasiões: a primeira, entre março de 1859 e junho de 1860; e a segunda, entre setembro de 1860 e julho de 1861, período em que percorreu a região da Ibiapaba. Nesse espaço, por várias vezes conversou diretamente com índios que habitavam em Ibiapina, São Benedito e Vila Viçosa, que formavam o grande Termo da Vila Viçosa Real, foco maior da presença indígena na província. Em sua escrita, ora eles são

\*Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC, sob a orientação do professor Dr. Eurípedes A. Funes. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

<sup>1</sup> Sobre esse assunto, verifique-se: SANTOS, Paulo César. **O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859**. Dissertação de Mestrado (em História). Universidade Federal do Ceará – 2011.

identificados como índios, mas, na maioria das vezes, é como caboclos que aparecem nos seus relatos, em seu diário de viagem<sup>2</sup>.

Em Vila Viçosa, sede do Termo, o naturalista conversou com índios como: “Joze Francisco da Silva”, que na ocasião disse “ter mais de 60 annos”; e “Felippe Pereira”. Daqueles, Freire Alemão esperou obter “algúas informações sobre coisas antigas de (*do*) lugar”, sendo que suas expectativas não foram completamente atendidas. Se sua intenção era saber o que esses “ouvião conversar sobre os Padres da Companhia” e “seo governo para com os Indios”, segundo ele “de nada se lembram” os nativos, “do q’ devião ouvir à seos Paes, e avós”<sup>3</sup>. Além desses índios apontados e outros possivelmente não citados, o viajante conheceu também Ignácio Joze de Sousa. Porém, para o botânico, de acordo com seus interesses, a única coisa aproveitável da conversa com ele foi que teve a oportunidade de observar atentamente a forma como pronunciava “alguas palavras” indígenas.

Atento a esse depoimento, a língua indígena não estava absolutamente eliminada na região da Ibiapaba. Logo, apesar do Diretório Pombalino ordenar que “toda instrução e a comunicação entre os indígenas deveriam fazer-se exclusivamente mediante o uso da língua portuguesa” (OLIVEIRA; e FREIRE: 2006; p.71), pelo visto isso esteve longe de ser totalmente obedecido. Se, em Vila Viçosa, Freire Alemão admirou-se com o fato do índio Ignácio Joze ter pronunciado “algumas palavras” ensinadas por seus ancestrais, na localidade de São Benedito, em certas ocasiões, o diálogo entre os índios acontecia não através do português. Como se verá adiante, um relatório entregue ao botânico pelo morador Antônio Marques da Assunção é bastante elucidativo quanto a essa questão.

Convém lembrar que, na região da Ibiapaba, além de dialogar com índios em Vila Viçosa e no povoado de São Benedito, Freire Alemão manteve contato com outros em São Pedro e Ibiapina. Ali, conheceu um índio chamado Serafim, de quem recebeu a notícia de que Ibiapina “Foi aldea de Indios muito antiga”. A respeito das habitações do lugar, de acordo

<sup>2</sup> “Entre vasta documentação acerca dessa estada na província, Freire Alemão redigiu um diário, iniciado em 30 de março daquele ano e concluído em 24 de julho de 1861, quando do retorno definitivo ao Rio de Janeiro”. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Advertência. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1859/1860*. Vol.2. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

<sup>3</sup> BNRJ. Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: “Viagem de Fortaleza até a Serra Grande”. 09 de outubro de 1860 – 02 de março de 1861. Manuscritos I-28, 8, 011.

com “a lembrança do Indio Serafim”, o naturalista diz que elas “sempre forão coberta de palha de palmeiras; e a principio ate as paredes e portas erão da m.<sup>ma</sup> palha.”<sup>4</sup>. Nota-se que o diálogo entre Freire Alemão e os indígenas permitiu a esses fazerem verdadeiras viagens ao passado. E nos acontecimentos narrados, não eram de outros que falavam senão deles próprios. Afinal, a história desses locais não se dissociava da história de seus ancestrais.

Buscando obter o máximo de informações sobre esses locais por onde passava, indiscutivelmente, a presença, atuação, e narrativas, dos nativos na região ibiapabana, para além da chegada dos europeus nessa área, foram vistas como fontes de suma importância pelo botânico. Sem sombra de dúvidas, em várias ocasiões, os olhares de estranhamento de Freire Alemão se voltaram para eles, demonstrando por diversas vezes seus (pré)conceitos em relação àqueles. Ainda em suas anotações sobre Ibiapina e a respeito dos índios dali, afirmou: “Isto foi sempre um lugar habitado de caboclos e miseravel depois dos disturbios da Balaiada de 1840”, “ensinados os Caboclos, e serenados os animos, é q’ entrou isto a povoar-se de melhor gente, e q’ se vai tornando habitavel”<sup>5</sup>.

O acontecimento que o botânico evocava naquele momento era o episódio em que 60 casais indígenas saíram de Ibiapina e aliaram-se aos balaios vindos de Frecheiras, no Piauí. Convém lembrar que, naquele ano, a localidade de São Benedito também foi atacada pelos revoltosos, cabendo ao índio Luís de Miranda e ao Major Joaquim Ribeiro da Silva a organização da defesa desse local<sup>6</sup>. Assim sendo, se por um lado os índios de Ibiapina tiveram seus motivos para se juntar aos balaios, obviamente Luís teve suas razões para, com seu séquito, lutar a favor da ordem. Aliás, em 1860, 20 anos após esses conflitos ora mencionados, esse chefe indígena aparece em diferentes momentos na escrita de Freire Alemão.

Depois de dois dias hospedado em São Benedito, sob os cuidados do padre João Chrisostomo de Oliveira Freire, o botânico anotou o seguinte no seu Diário de Viagem: “Tivemos aqui a visita do subdelegado o Sr. Antonio Joaquim da Silva Carapeba e do

<sup>4</sup>Idem.

<sup>5</sup>Idem.

<sup>6</sup>Sobre isso, ver: Relatório do presidente do Ceará, Francisco de Sousa Martins, à Assembleia Legislativa Provincial, de 01/08/1840. In: BPGMP. Núcleo de Microfilmagens. Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará. Rolo 1 (1836 a 1857).

Capitão Miranda Caboclo idoso, e que espero me de(*dê*) muitas boas informações”<sup>7</sup>. Na verdade, esse “caboclo” ao qual se referiu o naturalista não era outro senão o índio Luís de Miranda, que combateu fortemente os revoltosos da Balaiaada, em 1840, na condição de comandante auxiliar dos índios de São Pedro de Ibiapina e São Benedito. Note-se aí, portanto, o índio sendo acabocladado no discurso do naturalista.

É importante ressaltar que, como representante maior da Comissão Científica, Freire Alemão recebeu muita atenção dos moradores brancos de São Benedito. Dentre esses, destaca-se Antônio Marques da Assunção, “homem intelligent, e activo”, que, ao botânico, “prometeu escrever uma memória sobre as seitas religiosas dos índios”. Aliás, tal promessa foi feita na presença do Capitão Miranda, que pela segunda vez visitava e conversava com o naturalista. Na ocasião, segundo o viajante, esse indígena

*....me trouxe uma garrafa de cauim de mandioca, para eu experimentar a bebida dos Indios; eu guardei a garrafa para amanhã; mas elle estava empenhado em q' eu provasse alla bebida à sua vista: nao houve remedio, creio porem que elle não ficou muito satisfeito da experiencia<sup>8</sup>.*

Ao presentear o botânico com uma garrafa de cauim, o índio buscava agradá-lo, mostrar que de sua parte, e de seus comandados, era bem vindo ali. Naturalmente, a insistência para que aquele degustasse a bebida não denota um ato de ignorância, e sim, ao contrário, uma demonstração de bom acolhimento, hospitalidade. Por outro lado, sua reação quando da degustação aponta o estranhamento do branco em relação a essa prática comum aos índios. Afinal, historicamente, no geral, o cauim era consumido por eles em várias ocasiões: “nas grandes festas”; em “casamentos e passagens dos jovens à idade adulta”; celebrações religiosas; rituais fúnebres; nos momentos de “decidir sobre a conveniência de fazer a guerra”; e inclusive, quando iam “recepçãoar visitantes ilustres” (FERNANDES: 2007; p.111-112), como era o caso de Freire Alemão em São Benedito naquele momento.

Enfim, na escrita de Freire Alemão os índios aparecem em diferentes situações. Em certa ocasião, “passando por diante da obra da Igreja” que estava sendo construída em São Benedito, por alguns instantes o botânico ficou a observar “homens e mulheres”,

<sup>7</sup>BNRJ. Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: “Viagem de Fortaleza até a Serra Grande”. 09 de outubro de 1860 – 02 de março de 1861. Manuscritos I-28, 8, 011.

<sup>8</sup>Idem

denominados “índios e cabras”, “carregando tijolo, ou adobes para a obra= ao som de tambor”. Essa descrição, além dos muitos significados que carrega, confirma que os índios, afora outros vários trabalhos que realizaram no curso das décadas, foram essenciais à construção dos templos sacros na região da Ibiapaba. Em 1860, portanto, eram disciplinados nos trabalhos de construção duma igreja através das batidas de tambor, método de disciplinamento herdado dos tempos coloniais, que remete às práticas jesuítas e que igualmente fazia parte da dinâmica de organização das instituições militares nas quais os ditos indígenas foram inseridos ao longo dos anos.

Examinando as fontes paroquiais de Vila Viçosa, notam-se diversos registros de batismos e casamentos realizados na capela filial de São Benedito antes de 1860<sup>9</sup>. Então, naquele ano, o que estava ocorrendo era à construção de outro templo religioso, maior, sob o incentivo do padre João Chrisostomo<sup>10</sup>. No seu *Diário*, portanto, algumas vezes Freire Alemão fez anotações que dão conta da ativa participação dos índios desse espaço nas manifestações religiosas cristãs. A 20 de novembro, ao retornar da casa de Antônio Joaquim da Silva Carapeba, o botânico relatou o seguinte:

*La estivemos ate mais de 7 horas, fazia uma linda noite de luar e o ar estava tranquillo... Quando voltamos nos acompanha tambem o Subdelegado, ja por nos obsequiar ja para assistir ao levantamento do mastro p.<sup>a</sup> a festa de S. Benedito. Logo q. chegamos nos dirigimos p.<sup>a</sup> a casa do P.<sup>e</sup> João, onde achamos ja varias pessoas=*

*Dahi à pouco ouvimos tiros de mosquete, era o mastro q vinha carregado à hombro dos caboclos, acompanhados de tambor, e em grande vozerio = Em quanto se preparou a bandeira o Cap.<sup>m</sup> Miranda, chefe dos Caboclos, ordenou q' fossem carregar pedras para a obra da Igreja = com efeito assim fizerão dando dois caminhos um de pedra e outro de adobes; Avaliamos os carregadores em cerca de 200 homens e mulheres, hia sempre acompanhados do tambor, cujo tocador é um caboclo quase anão, e feio; mas inda assim ja casado duas vezes.*

*Soavão tiros de vez em quando = e uns musicos tocando clarineta, e rabeca, bem entoados, tocava peças de vez em quando, ajuntando as vezes a cantoria= Enfim levantarão o mastro ao som da musica, repiques de sino, tiros de mosquete, e vozeiro da gente cabocla: os homens de camisa sobre as seroulas e as mulheres, e cunhas de lençol pela cabeça.*

<sup>9</sup> A respeito disso, ver: XAVIER, Maico Oliveira. “Cabôculos são os Brancos”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – século XIX. Fortaleza: SECULT/CE, 2012. p.325-371

<sup>10</sup> Segundo Hudson, em 1841, em São Benedito, os moradores erigiram “uma casa de oração”, e depois “deram a esta maiores proporções e mais solidez”. O padre “João Crisóstomo”, vivendo ali desde 1847, em 1859 “empreendeu construir um templo de maior capacidade”. Ver: BRANDÃO, José Hudson. *São Benedito: dos Tabajaras ao terceiro milênio*. Fortaleza: Premius. 2002. p.25. Logo, era nesse templo que os índios do Capitão Miranda trabalhavam em 1860.

*Esta Serra ao luar pela sua rusticidade, e pela gente q. figurava, produziu em mim certa emoção e me transportava pela imaginação aos tempos primitivos dos aldeamentos pelos jesuítas<sup>11</sup>.*

Na lógica de Freire Alemão, o passado estava na própria representação que ele fazia de acontecimentos outrora ocorridos na Serra da Ibiapaba. Para o mesmo, o jeito de ser das pessoas e propriamente o ambiente no qual estavam inseridas lhes permitiam imaginar os “primitivos tempos dos aldeamentos pelos jesuítas” de forma bem próxima. Logo, sua fala denota que, na verdade, uma memória dos indígenas, o modo de viver da população serrana influenciada por suas práticas culturais, sociais e crenças, elementos diacríticos que reforçavam o sentido de indianidade e que corriam aos seus olhos, fazia com que evocasse o passado de tal modo que se sentia como se tivesse sendo transportado no tempo. Através dessa ponte que iniciava no presente, o botânico voltava aos tempos idos, esbarrando na visibilidade e ação indígena, como acontecia em 1860.

Assim, o passado e presente dos índios da Ibiapaba correlacionavam-se não só na memória deles, mas na de outros que vivenciaram experiências com eles na segunda metade do século XIX. Freire Alemão, homem erudito a serviço do Estado brasileiro no Ceará, de certo modo foi influenciado pela história de vida dos nativos em muitos momentos. E na ocasião em que o trecho ora citado foi produzido, eram os índios de São Benedito que despertavam a atenção do botânico. Especificamente na abertura da festa religiosa o séquito do índio Capitão Miranda era formado por cerca de 200 homens e mulheres, denotando a forte presença indígena ali. Em meio às batidas do tambor, entre os músicos que tocavam clarineta e rabeca, ante os repiques de sino e tiros de mosquetes, se fazia presente, portanto, duas centenas de índios (ou mais), obscurecidos no relato do viajante através da expressão “gente cabocla”.

O “mastro para a festa de S. Benedito”, segundo o autor, foi “carregado à hombro dos caboclos”, ao toque de tambor, para o local onde haveria de ser fincado e lá ficar até o fim das festividades religiosas em homenagem àquele santo. Naquele ano, em que a festa religiosa se deu em meio à construção de uma Igreja no local, interessante é a informação de que enquanto a bandeira era preparada o índio Luís de Miranda ordenou que seus comandados

<sup>11</sup>BNRJ. Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: “Viagem de Fortaleza até a Serra Grande”. 09 de outubro de 1860 – 02 de março de 1861. Manuscritos I-28, 8, 011.

carregassem “pedras para a obra da Igreja”, o que prontamente fizeram, pelo que consta no relato do naturalista.

Embora os índios de São Benedito do Termo de Viçosa fossem muitas vezes chamados de caboclos pelos brancos, e as mulheres indígenas de cunhãs, para eles isso era uma grande ofensa. Ademais, se vinham participando ao longo das décadas de várias manifestações cristãs, aparentemente comportando-se como cristãos obedientes às normas da Igreja, não haviam deixado de lado totalmente suas próprias credices, práticas religiosas e socioculturais, embora inevitavelmente (re)elaboradas no decorrer dos processos históricos como decorrência da dialética mantida com os colonizadores. O documento intitulado “Costumes e algumas seitas mais notáveis que ainda existem entre os nossos Indígenas do Termo de Vila Viçosa”<sup>12</sup>, entregue pelo morador Antônio Marques a Freire Alemão, nos possibilitou adentrar um pouco mais nesse universo dos nativos da Serra da Ibiapaba. Mesmo com a forte atuação de padres e laicos no curso dos anos, e consequente “proibição das formas públicas de idolatria” (GRUZINSKI: 2001; p.82), os índios perpetuavam diversas crenças e costumes de seus ancestrais, acreditando veementemente no poder de cura de seus rituais.

Segundo Antônio Marques, os “Feitisseiros se qualificão entre os nossos indígenas como Médicos, e como tais os assistem, e curão suas emfirmedades e atthé na outra classe de homens quando os acreditão”<sup>13</sup>. Tão perseguidos ao longo dos tempos, em 1860 esses líderes espirituais faziam parte da dinâmica social envolvendo diferentes sujeitos em São Benedito. Assim, manifestações ensinadas por seus antepassados estavam ali, existiam. Mesmo considerando as inevitáveis mudanças no curso dos tempos, o fato é que esses “feiticeiros” tinham forte influência entre índios e não índios por suas práticas de cura, associadas a um poder de intercessão junto aos bons ou maus espíritos. Essas informações são importantíssimas no sentido de confirmar que não só os índios incorporaram o catolicismo dos brancos, pois, em contrapartida, muitos foram os não índios que acreditaram no poder de cura de seus rituais. Para Antônio Bezerra, que esteve em São Benedito em 1884, estes sujeitos tinham “certa ascendência sobre o povo, e pela fama de suas curas afluíam a S.

<sup>12</sup>BNRJ. Relatório de Antônio Marques da Assunção (Coleção Freire Alemão). Intitulado: “Costumes e algumas seitas mais notáveis que ainda existem entre os nossos Indígenas do Termo de Vila Viçosa”. Manuscritos I-28,10,34.

<sup>13</sup>Idem

Benedito diversas pessoas que vinham buscar o alívio de seus males”. “Mais do que em outra parte”, afirma aquele escritor, “era aqui reconhecida a influência desses homens, e durante muito tempo, de diversos pontos do sertão, se encontravam de contínuo pessoas de alguma fortuna que procuravam S. Benedito para o fim de conseguir o restabelecimento de sua saúde” (BEZERRA: 1884; p.167-168)

Logo, essa situação em que índios se apresentavam como agentes que podiam interceder ante as entidades sobrenaturais, homens de poderes religiosos e curandeiros, é a prova concreta de que “nunca houve, do lado indígena, a aceitação passiva e a absorção indiscriminada da fé imposta pelos” jesuítas e depois vigários, mesmo que também não tenha havido “um fenômeno de resistência entendida como negação total da catequese” (POMPA: 2001; p.90) na região da Ibiapaba. Nessa dinâmica complexa, de relações de tradução e trocas mútuas de experiências, muitos índios passaram a ser considerados católicos por se comportar aparentemente como tais. Porém, vários deles não abandonaram totalmente suas crenças. Dessa forma, eram cristãos aos seus modos, pois ora aparecem na fala de Freire Alemão participando de missas e procissões, ora são apresentados no relato de Antônio Marques como feiticeiros que tinham seus próprios rituais e práticas de cura.

Antônio Marques, quando em 1860 fez a “memória” sobre os índios para Freire Alemão, teceu alguns comentários a respeito de seus momentos festivos, que também envolviam certas manifestações religiosas que aconteciam coletivamente. Seus “bailes” e “danças”, que mantinham relação direta com aquilo que foi chamado de “seitas”, ocorriam acompanhados de bebedeiras, consumo do “vinho de mandioca”, prática que, cabe reforçar, era típica da cultura nativa e recorrente nos momentos lúdicos deles. Como “essas cauinagens, imbricadas fortemente à vida social indígena, reforçavam os laços de solidariedade” (KOK: 2001; p.84) entre eles, essas ocasiões festivas também propiciavam isso e, assim, fortaleciam-se enquanto coletividade nessa época em que os governantes buscavam individualizá-los na sociedade. Aliás, todas essas práticas ora descritas, em seu conjunto, contribuíam para que se mantivessem como grupo coeso.

Ainda sobre as festas e bebedeiras indígenas, segundo Antônio Marques, o maior agravante disso era que os índios, levados à embriaguês: “rebélao-se com a outra classe que

dizem (êles) não ser de sua nação”<sup>14</sup>. Ora, nessa lógica aparecem não como homens que faziam parte da nação dos brancos, como brasileiros, mas, inquestionavelmente, como grupo distinto, buscando ratificar uma indianidade que o sistema dominante vinha tentando soterrar a todo custo. Nunca é demais lembrar que administradores, intelectuais e moradores brancos divulgavam fortemente que os indígenas estavam acaboclados, algo que muito incomodava aqueles que viviam em São Benedito. Naquele relato entregue a Freire Alemão, de acordo com o morador Antônio Marques:

*Querem ser tratados com todo respeito por seu próprio nome, ou posto, e quando muito...Indio, ou India. Agastão-se fortemente, e tomão por enjuria quando os chamão Cobôco-lo, Cunhan, porque dizem êles Cabôculos são os brancos, e elles são Indios. Entrei no conhecimento desta seita entre êles me disserão, que a palavra de Cabocu-lo, os brancos qualificarão com desprezo, e que só os tratão por êsse nome no momento do ódio, e de faser pouco<sup>15</sup>. (grifos meus)*

Essa emblemática narrativa é essencial para se refletir sobre como os índios de São Benedito reagiram ante a imposição da categoria genérica caboclo, e da expressão cunhã em relação às mulheres indígenas. Cabe ressaltar que, muito embora os índios tivessem o importante entendimento de que caboclo era um termo utilizado pelos não índios para inferiorizá-los, desqualificá-los, não era só nos momentos de ódio que os brancos lhes chamavam de caboclos, sendo uma atitude frequente da parte daqueles.

Ora, como visto antes, o próprio Freire Alemão, para quem Antônio Marques entregou esse relatório, por várias vezes se referiu aos indígenas com os quais se deparou em Ibiapaba através do termo caboclo. Ademais, foi mormente através dessa categoria que os índios foram encobertos no censo demográfico brasileiro de 1872<sup>16</sup>. Porém, se para os brancos era algo normal o uso dessa expressão para se referir aos nativos, para os índios que viviam em São Benedito estas terminologias caboclo e cunhã eram atribuídas a eles como forma de estigmatizá-los, inferiorizá-los. Assim, ao dizer que caboclos eram os brancos e eles

<sup>14</sup>Idem.

<sup>15</sup>Idem.

<sup>16</sup> Ver os dados da população do Ceará, segundo esse censo de 1872, In: FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4<sup>a</sup> Ed. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, 2007. p.105

eram índios, inverteram a lógica do discurso oficial que acaboclava os índios, para além dos limites territoriais da província cearense, em todo o Brasil.

E eram seus “bailes”; o cauim que preparavam e bebiam; o autorreconhecimento de que tinham poderes religiosos e curavam enfermos comunicando-se com entidades sobrenaturais; o forte vínculo com a história dos ancestrais; a percepção de que o termo caboclo não era oriundo do universo nativo; o sentimento de indianidade; o sentido de coletividade; e um conjunto de práticas socioculturais perpetuadas no curso dos tempos; que permitia esses índios dizerem: **“Cabôculos são os brancos, e elles são Indios”**.

Logo, se defendiam suas identidades indígenas e recusavam o termo caboclo, isso não pode ser pensado dissociado da luta para manter a posse de suas terras. Em certa ocasião, falando com Freire Alemão, afora mostrar a ele “papeis e documentos” confirmando “sua nomeação de autoridade policial sobre os Índios, com honras de Cap<sup>m</sup>”, o índio Luís de Miranda apresentou também: “requerimentos e diligencias que fez para conservar os Indios do que nas terras que lhe foi doada pelos Reis de Portugal confirmadas e ampliadas em 1720”<sup>17</sup>. Portanto, em 1860, esse chefe indígena evocou nada mais nada menos que uma solicitação coletiva feita ao rei D. João V pelos Principais Tabajara da Aldeia da Ibiapaba: D. Jacob de Sousa e Castro, D. José de Vasconcelos e D. Sebastião Saraiva Coutinho, cujo pai tinha o mesmo nome e havia morrido um ano antes, em 1719, com “sinco flechadas em defensa da Villa da Parnahyba, e do Pyagohy”, lutando contra índios inimigos do Estado luso<sup>18</sup>. Assim, reafirma-se literalmente algo dito antes: o “passado nunca deixou de estar presente entre os índios”.

Nessa dinâmica, uma vez que, segundo Marés (1999: p.59), “a questão da territorialidade assume a proporção da própria questão da sobrevivência dos povos” nativos, no curso dos anos foi grande o esforço deles para não perder esse elemento vital: a terra. Em São Benedito, portanto, Luís de Miranda muito se dedicou para obstar a usurpação das terras indígenas. Falando sobre essas áreas doadas àqueles no passado a partir das informações desse chefe indígena, Freire Alemão afirma:

<sup>17</sup>BNRJ. Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão. Doc. cit.,

<sup>18</sup>AHU/Ceará. Requerimento dos índios da Aldeia da Ibiapaba ao rei D. João V. 12/10/1720. Doc. n.º 65.

*...terras, que depois, de usurpadas, dos pobres índios, ainda ultimamente por uma interpretação covillan [?] de uma lei novíssima se quis incorporar aos bens nacionais: para depois serem distribuídas pelos amigos e espertalhões, como tem acontecido em outras partes = mas aqui sempre consegui elle [o índio Luiz de Miranda] que os Indios conservassem as suas posses*<sup>19</sup>. (grifos meus)

Tudo indica que o botânico referia-se a Lei de Terras de 1850 quando evocou uma lei que “quis incorporar aos bens nacionais” as terras indígenas em São Benedito. Mas, num período em que a usurpação dessas áreas era intensa em todo o Ceará, pelas informações de Freire Alemão o Capitão Miranda sempre havia conseguido, até então, fazer com “que os Indios conservassem as suas posses”. Destarte, muito possivelmente a ação desse chefe, através dos “requerimentos e diligencias” que mostrou àquele viajante, tenha sido decisiva ante o Governo Provincial e Imperial para que, em 1851, do Ministério dos Negócios do Império fosse enviada uma ordem ao presidente da província cearense dizendo que: “nenhuma providencia se torne necessaria relativamente ás terras habitadas pelos Indios da Povoação de S. Benedicto”<sup>20</sup>.

Embora seja complexo saber o destino dessas terras indígenas em São Benedito nos anos que ultrapassam 1860, ao menos nessa data sabe-se que os índios continuavam habitando nelas não individualizados entre os brancos, mas tentando manter vivo o sentido de coletividade entre eles. Não obstante Freire Alemão ter dado conta de índios como: Samuel, em São Pedro de Ibiapina; e Joze Francisco da Silva, Felipe Pereira, e Ignácio Joze de Sousa, em Viçosa; as informações que o botânico produziu através do diálogo com esses foram concisas, não permitindo um aprofundamento de discussões sobre como de fato vivia a população indígena desses locais no início daquele decênio.

Porém, afora o chefe indígena Luís de Miranda em São Benedito, tudo indica que esses outros índios citados nominalmente por Freire Alemão fossem chefes entre os seus pares, mesmo isso não ficando claro em suas anotações. Afinal, não era qualquer índio que tinha o nome cristão apontado na escrita de um homem a serviço do Império brasileiro. Mas,

<sup>19</sup>BNRJ. Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão. Doc. cit.,

<sup>20</sup>APEC. Fundo: Ministérios. Série: Avisos do Ministério do Império ao Presidente da Província do Ceará. Correspondência do Ministério dos Negócios do Império ao Governo do Ceará. 16/01/1851. Livro n.º 4 (1850-1852). fl.s/n.

enfim, o fato é que esses índios, seja em São Benedito, em Ibiapina ou Viçosa tinham pleno conhecimento quanto aos seus direitos às terras que haviam sido doadas aos Principais da Aldeia da Ibiapaba em 1720. Talvez guardassem como relíquias os requerimentos feitos ao longo dos tempos à aquisição de suas áreas territoriais, e os que posteriormente passaram a ser produzidos no sentido de obstar a espoliação desses espaços. Tanto é que 140 anos depois do rei D. João V ter concedido aos Tabajara “toda a terra que fica em cima da serra, desde a Uruoca até Itapeuna”, onde “seus pais, e avos, e estam oje descançados”<sup>21</sup>, o índio Luís de Miranda, na condição de descendente dos índios aldeados e exercendo o papel de chefe em 1860, revelou seus próprios requerimentos a Freire Alemão.

Assim, os índios, em concomitância com suas ações no sentido de perpetuar um conjunto de práticas socioculturais e religiosas (re)elaboradas ao longo dos tempos ante à presença do colonizador, também lutavam veementemente para manter a posse dos ambientes no quais habitavam e que lhes pertenciam, pois desses espaços dependia a sobrevivência de suas muitas manifestações e, por conseguinte, da própria identidade indígena. Enfim, pelos relatos analisados nesse artigo, produzidos quando da passagem da Comissão Científica de Exploração pela região da Ibiapaba, fica claro a significativa participação dos índios na constituição da dinâmica das relações sociais no referido espaço. Com forte visibilidade entre os não índios, sempre evocando seus ancestrais e o direito a terra, o século XIX foi crucial para eles que, indiscutivelmente, embora invisibilizados nos registros oficiais e não sendo mais considerados índios aos olhos dos outros, adentraram o século XX.

## BIBLIOGRAFIA:

BEZERRA, A. **Notas de Viagem**. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza 1965[1884].

BRANDÃO, José Hudson. **São Benedito: dos Tabajaras ao terceiro milênio**. Fortaleza: Premius. 2002.

FERNANDES, João Azevedo. Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás. *Tempo*. Vol.11, n.º 22, Jan. – Jun. 2007. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 2007.

<sup>21</sup>AHU/Ceará. Requerimento dos índios da Aldeia da Ibiapaba ao rei D. João V. 12/10/1720. Doc. n.º 65.

- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4<sup>a</sup> Ed. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, 2007.
- GRUZINSKI, Serge. O Renascimento ameríndio. In: NOVAES, Adauto (org). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 283-298, 1999.
- KOK, Glória. **Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2001.
- MARÉS, Carlos Frederico. Da tirania a tolerância. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco; e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial**. Campinas, SP. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SANTOS, Paulo César. **O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859**. Dissertação de Mestrado (em História). Universidade Federal do Ceará – 2011.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Advertência. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1859/1860*. Vol.2. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.
- XAVIER, Maico Oliveira. **“Cabôculos são os Brancos”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – século XIX**. Fortaleza: SECULT/CE, 2012.